

40 anos

O CENTRO DE ESTUDOS BÍBLICOS (CEBI) do Sergipe organizou, entre 25 e 28 de outubro, uma série de palestras sobre o livro *IGREJA: CARISMA E PODER* que celebra quarenta anos da sua publicação, em 1981. O CEBI é uma articulação nacional de grupos populares e ecumênicos, que estudam a Bíblia de forma aprofundada, como inspiração de práticas inovadoras para dentro da Igreja e, também, libertárias na sociedade. O objetivo era mostrar a atualidade dos temas nele tratados, que articulam a Igreja com a sociedade e os modelos de Igreja vigentes.

Este culminou em 1985, com uma “**notificação**”, e não um decreto condenatório, com a proibição da reedição do livro e a imposição, ao autor, de um tempo de “**silêncio obscuro**”. Não se faz nenhuma condenação doutrinária, apenas se diz como conclusão: *“Esta Congregação sente-se na obrigação de declarar que as opções aqui analisadas, de Frei LEONARDO BOFF, são de tal natureza, que põem em perigo a sua doutrina da fé, que esta Congregação tem o dever de promover e tutelar”*

Observa-se que não se trata de doutrinas (campo dos dogmas), mas de “opções” (campo da moral) que podem significar um “perigo”. Evitado este perigo, não há razão para não seguir por diante nas opções que eram e continuam a ser: a centralidade dos pobres e da sua libertação, o poder como serviço e não como centralização, e a constituição legítima de comunidades eclesiais de base, como uma reinvenção da Igreja nos meios populares (eclesiogênese).

Lendo-se todo o texto do Card. Joseph Ratzinger que expõe os referidos “perigos”, nota-se um equívoco de leitura. Lê-se não, *Igreja: carisma e poder*, mas *Igreja: carisma ou poder*. Esta alternativa não se encontra em nenhuma página do livro. Afirma-se a legitimidade de um poder na Igreja, juntamente com o carisma.

Com certeza que o ponto central que a Congregação viu como “perigo” foi o confronto entre um modelo de Igreja, sociedade hierarquizada de poder sagrado, e outro modelo de Igreja, comunidade fraterna de iguais com funções diferentes. O primeiro modelo dominante é o da Igreja-grande-instituição composta de clérigos, portadores do poder sagrado, e de leigos sem poder de decisão nenhum. Aqui surgem as desigualdades, especialmente, a proibição de as mulheres acederem ao ministério sacerdotal, e a imposição da lei do celibato obrigatório a todo o corpo clerical. O outro modelo é o da Igreja-rede-de-comunidades, com todos sujeitos do poder sagrado, exercido através de diversas funções (carismas).

Ambos os modelos se reportam ao passado da Igreja, o primeiro, especialmente, ao evangelho de São Mateus, que confere grande importância a Pedro (Mt 16,18;18,16), que originará a centralização, chamada de “cefalização” (tudo se concentra na cabeça); o segundo, às cartas de São Paulo, que referem uma Igreja, comunidade de irmãos e irmãs, dotada de muitos carismas (funções e serviços), especialmente, nas suas cartas aos Coríntios, aos Romanos e

aos Efésios. Para São Paulo, o carisma pertence à quotidianidade e significa, simplesmente, funções ou serviços, todos animados pelo Espírito Santo e pelo Cristo ressuscitado, cabeça da Igreja e no cosmos, implicando uma descentralização do poder, presente em todos e todas.

O facto histórico é, resumidamente, o seguinte: até ao século IV a Igreja, fundamentalmente, era uma comunidade fraterna. A partir do momento em que o cristianismo foi declarado, pelo imperador Constantino (325), “religião lícita”, por Teodósio (391) “religião obrigatória” para todos, proibindo o paganismo, até culminar com o imperador Justiniano (529), transformando os preceitos cristãos em leis civis, surgiu, então, a Igreja-grande-instituição. De religião perseguida, passou a religião perseguidora dos pagãos. Sendo “religião obrigatória”, todos tiveram de assumir a fé cristã, criando uma Igreja de massas, não por conversão, mas por obrigatoriedade, coagida pelo medo e pela ameaça da morte.

Com a decadência do império romano, o bispo de Roma Leão Magno (440-461) assume o poder e o título de papa (abreviação de *pater patrum*, pai dos pais), até então reservado aos imperadores. Assume-se, ao mesmo tempo, o estilo imperial, os palácios, o báculo, a estola, o manto (mozeta) símbolo do poder monárquico, a púrpura e outros símbolos imperiais e pagãos que perduram até aos dias de hoje.

A Igreja-grande-instituição não passou

pela prova do poder. Nela se realizou o que afirma Thomas Hobbes, no *Leviatã* (1615): “Assinalo, como tendência geral de todos os homens, um perpétuo e irrequieto desejo de poder e de mais poder, que, apenas, cessa com a morte; a razão disso reside no facto de não se poder garantir o poder, a não ser buscando mais poder ainda” (cap. X). Começa a acumulação do poder dos papas, até se chegar ao papa Gregório VII, com o seu *Dictatus Papae* (a ditadura do Papa) a proclamar o papa como senhor absoluto da Igreja e dos imperadores ou reis. Já não bastava ser sucessor de Pedro. O papa Inocêncio III (1216) anunciou-se como vigário de Cristo e, por fim, Inocêncio IV (1254) arvorou-se representante de Deus. Hoje, ainda se atribui ao papa, de acordo com o direito canónico, um poder que, parece, pertencer somente a Deus. O papa é portador de um poder “sagrado supremo, ordinário, pleno, imediato e universal” (cânon 331). A isso se acrescentou, desde 1869, a infalibilidade em assuntos de fé e moral. Não se podia ter ido mais longe.

A consequência é o surgimento de uma Igreja-sociedade piramidal, monárquica, rígida e rigorosa que, em termos doutrinários, - é a experiência dos seus inquiridos, inclusive a minha - nada esquece, nada perdoo e tudo exige. Neste modelo de Igreja se verifica o que o psicanalista C. G. Jung afirmava: “Onde prevalece o poder deixa de haver lugar para a ternura e para o amor”.

Os únicos papas que romperam com esta tradição, ciosa do seu poder sagrado e monárquico, foi o bom papa

João XXIII e, explicitamente, o papa Francisco que, nas suas primeiras palavras como pontífice, disse pretender governar a Igreja na caridade, e não no poder sagrado. Por isso exige dos pastores uma “revolução da ternura”.

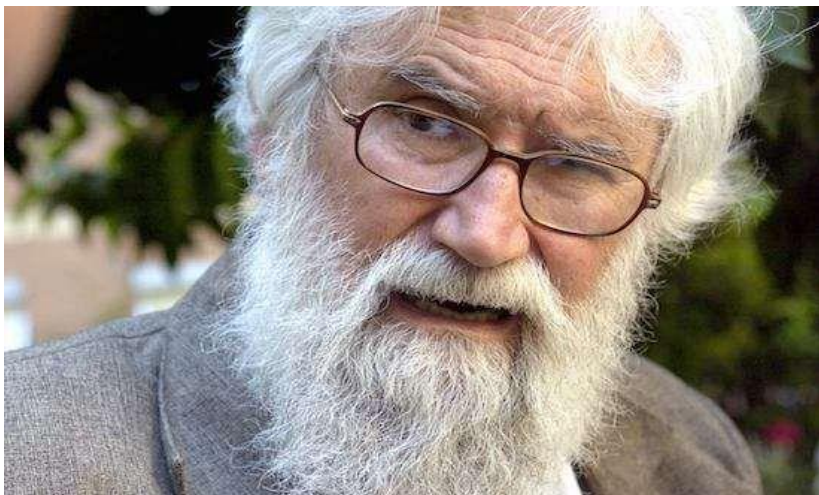
Face a este modelo, hoje em profunda crise estrutural, surgiu o outro modelo da igreja, rede-de-comunidades fraternas. Sempre existiu na história da Igreja, particularmente, nas ordens e congregações religiosas, mas nunca conseguiu ser hegemónico. Mas ganhou densidade na vasta rede de comunidades eclesiais de base, atualmente, espalhadas em todo o universo cristão e ecuménico. Nelas, o poder é um serviço real, quotidiano e por todos participado, na medida em que cada um tem o seu lugar na comunidade. São muitos os serviços e funções (carismas): há quem pregue, quem ensine, quem organize a liturgia, quem visite os enfermos, quem trabalhe com os jovens, todos em pé de igualdade, de acordo com São Paulo (1Cor 7,7;12,29). Há uma função (carisma) singular que é a de criar a unidade e a coesão na comunidade, fazendo com que todos os serviços (carismas) convirjam no bem comum: é o serviço da presidência da comunidade. Como tal, quem exerce essa função preside, também, à eucaristia, não como função exclusiva, mas simultânea com as demais. A sua função não é concentrar, mas coordenar.

Este modelo traduz melhor a mensagem e o exemplo do Jesus histórico, que não quis nenhum poder, e que estabeleceu todo o poder como serviço e não como dominação (Mt 23,11). Esse modelo apresenta-se como uma outra forma de organizar a herança de Jesus, de gerir uma Igreja mais conforme com o seu sonho, onde todos são irmãos e irmãs (Mt 23,8).

Este modelo comunitário apresenta-se mais adequado à verdadeira evangelização, que significa incarnar a mensagem cristã nas mais diferentes culturas, e assimilando os seus modos de ser. A igreja emergiria como um imenso tapete colorido, como se fosse uma teia imensa de comunidades cristãs, diferentes nos seus corpos, mas todas unidas no mesmo testemunho da vida nova trazida por Jesus morto e ressuscitado. Caminharia juntamente com o processo de mundialização que, lentamente, constrói a Casa Comum, o mundo necessário, dentro do qual estão os vários mundos culturais (asiático, africano, latino, indígena etc.). Aí se inclui a Igreja-grande-instituição que, seguramente, persistirá, mas sem a hegemonia atual e, principalmente, a rede imensa de comunidades cristãs diversas e unidas no mesmo testemunho do Ressuscitado e do seu Espírito, juntamente com outras igrejas e caminhos espirituais, ao serviço de uns e de outros, e da única Casa Comum que temos, a Mãe Terra.

LEONARDO BOFF escreveu: *Igreja: carisma e poder*, Record, Rio de Janeiro 2005; *Eclesiogénesis: a reinvenção da Igreja*, Record, Rio de Janeiro 2008; *Francisco de Assis e Francisco de Roma: uma nova primavera na Igreja*, Mar de Ideias, Rio de Janeiro 2015.

Um tributo a Leonardo Boff pelo seu aniversário



LEONARDO BOFF COMPLETOU OITENTA E TRÊS ANOS no passado dia 14 de dezembro; parece, pois, ser este o momento adequado para refletirmos, novamente, sobre a vida e obra do teólogo brasileiro.

Entrou na ordem franciscana em 1959 e foi ordenado em 1964. Durante os seis anos seguintes, fez seu doutoramento em Teologia na **Universidade de Munique, Alemanha**. Foi um período em que lançaria as bases daquela que veio a ser conhecida como a *Teologia da Libertação*.

Boff e o padre peruano **Gustavo Gutiérrez**, assim como outros companheiros da **América do Sul**, desenvolveram uma teologia que tentava articular a sua indignação contra uma sociedade que rejeitava os pobres e os marginalizados.

Boff passou a ser visto como alguém que criticava a maneira como a autoridade era exercida na Igreja. Era inevitável que fosse submetido à **censura do Vaticano**.

Mas não foi ele o único a experimentar a censura durante o

século XX.

Houve europeus que também foram contestados, como o jesuíta **Pierre Teilhard de Chardin** e os dominicanos **Edward Schillebeeckx** e **Yves Congar**. A Igreja acabaria por reconhecer o valor do seu ensino, mas isso só ocorreria anos depois.

SEGUINDO EM FRENTE, APESAR DA CENSURA E DAS CRÍTICAS

No caso de **Boff**, o teólogo brasileiro continuou, ao longo dos anos, a ajudar as pessoas a buscarem e a encontrarem uma visão que unisse espiritualidade humana e justiça social.

Muitos milhares de pequenas “comunidades de base” foram formadas e buscam formas, e tentam encontrar formas de estabelecer vínculos entre a nossa espiritualidade, a necessidade de justiça social e o cuidado com o ambiente.

Apesar das críticas que enfrentou, **Boff** continuou a expor e a viver a *teologia da libertação*, desafiando a Igreja e o Estado a pensarem de forma diferente.

Numa entrevista em agosto de 2016, explicou que a *Teologia da Libertação* “**não tenta intervir a favor dos pobres recorrendo ao assistencialismo ou ao paternalismo**”.

“Em vez disso, busca agir jun-

to dos pobres no sentido de aproveitar a sua sabedoria, para mudar as próprias vidas e os seus meios de subsistência”, sublinha.

Num país como o Brasil, onde uma minoria rica domina a maioria empobrecida, a voz e a presença de **Boff** continuam a falar com e pelos pobres.

Ele foi acusado de ser comunista; nunca o foi e não o é. Lembremo-nos das palavras de **D. Hélder Câmara** (falecido em 1999), o grande arcebispo de **Olinda** e **Recife** no Nordeste do Brasil.

“Quando dou comida aos pobres, as pessoas chamam-me santo”, disse ele. “Quando pergunto por que razão os pobres não têm comida, chamam-me comunista.”

O PAPA FRANCISCO RECONHECE A OBRA DO SEU “IRMÃO” LEONARDO

Boff levou Cristo ao povo cuja vida eucarística foi empobrecida pela falta de padres ordenados. Quando suas faculdades presbiterais foram restringidas, continuou a celebrar a Eucaristia sempre que se encontrava com os necessitados.

Agora, temos um bispo em **Roma** cuja formação cultural é sul-americana, um homem que está disposto a escutar as necessidades e as lágrimas dos pobres,

um homem que está disposto a responder à voz deles.

É por isso que a assembleia do **Sínodo dos Bispos sobre a Amazônia** foi tão importante, e não apenas para o povo daquela região. Foi um exemplo e enviou uma mensagem para toda a Igreja.

O **Papa Francisco** continuou a história da libertação entregando à Igreja a encíclica ***Laudato si'***, que reconhece a urgência dos nossos tempos e a necessidade de cuidar da nossa casa comum.

“O cerne da teologia da libertação é o empoderamento dos pobres, para acabar com a pobreza e alcançar a liberdade de viverem uma vida boa”, escreveu **Boff**.

O papa reconheceu o trabalho do teólogo brasileiro no seu octogésimo aniversário.

Francisco enviou uma breve carta a agradecer o seu apoio e com os desejos dos melhores votos. Nessa mensagem, que **Boff** publicou alguns dias depois no seu blog, o papa saúda o teólogo como um irmão.

OS PROFETAS NUNCA SÃO BEM-VINDOS NA SUA PÁTRIA

Boff reconhece que, assim como ele experimentou a oposição às suas tentativas de viver o Evangelho ao lado dos pobres da **América do Sul**, também **Francisco** sofreu grande oposição, por parte de alguns elementos, dentro da **Cúria Romana**.

Numa carta que enviou a **Francisco** em novembro de 2015, **Boff** afirmou, com franqueza, as esperanças e as preocupações dos teólogos da libertação em relação ao papa argentino.

“Na América Latina, no Brasil, nas ilhas do Caribe e em outras partes do mundo, muitos de nós estamos preocupados com as atitudes fechadas e os ataques lançados contra o si por grupos conservadores, que são a minoria, mas são poderosos, oriundos de dentro e de fora da Igreja”, escreveu ele.

Sabemos que os profetas não são bem-vindos na sua pátria, mas continuam a proclamar a sua profecia, apesar das hostilidades.

Leonardo Boff com certeza tem feito isso.

Através dos seus numerosos livros, ensinou-nos o Evangelho. E, vivendo ao lado dos pobres, mostrou-nos as consequências da nossa crença.

Feliz aniversário, **Leonardo!**

O comentário é de **CHRIS MCDONNELL**, ex-diretor escolar da Inglaterra, em artigo publicado em *La Croix International*, 11-12-2021.

<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/615217-um-tributo-a-leonardo-boff-pelo-seu-aniversario>

o elogio da esperança

A ESPERANÇA é um tema em contraciclo, fora de estação. Basta comparar a produção teológica nos anos 70 e 80 com a actual e apercebemo-nos de um diferencial enorme contra o presente. A esperança desapareceu dos títulos dos volumes de teologia, nas suas várias áreas, e também na teologia bíblica. E como se a esperança tivesse sido a locomotiva do pensamento teológico durante uma estação do século XX e entrado depois num enorme silêncio. A excepção talvez tenha sido a publicação da encíclica de Bento XVI, *Spe Salvi*, em 2007, e a recepção que se lhe seguiu. Mas, mesmo assim, nada comparável com a época anterior.

Se nos perguntarmos porquê, as hipóteses de resposta serão múltiplas. Mas uma delas será o sentimento de que vivemos ainda hoje a ressaca de tantas esperanças projectadas, a cinza espessa de tantos sonhos dispersos. Não é que não precisemos do discurso da esperança, mas ou porque não vemos como, ou porque desacreditamos dela, a esperança perdeu presença no espaço público no pensamento contemporâneo. Um dia, um amigo fez a Franz Kafka a seguinte pergunta: «há esperança para nós?» Kafka terá respondido: «sim, existe esperança, e uma esperança infinita, mas não para nós».

Um dos romances emblemáticos para um certo espírito militante no século XX foi o de André Malraux, *L'espoir*. Publicado em Dezembro de 1937, *A Esperança* descreve o início do conturbado período

de conflito civil que dilacerou a Espanha entre 1936 e 1939. E fá-lo com a tinta do desencanto. No final, o protagonista está sozinho e estas são as últimas palavras do volume: «Manuel escutava pela primeira vez a voz do que é mais grave que o sangue dos homens, mais inquietante do que a sua presença na terra: - a infinita possibilidade do seu destino; e sentia nele essa presença misturada ao rumor dos regatos e ao passo dos prisioneiros, permanente e profunda como as pancadas do seu coração.» A esperança permanece, isto é, a consideração da infinita possibilidade de destino para o ser humano e ela é profunda como as pancadas do coração. Mas vivemos tempos, porventura, com maior dificuldade em ouvi-la. Não tenhamos dúvidas: a crise contemporânea é também uma crise da esperança.

Uma coisa é certa: a dificuldade actual que temos com a esperança obriga-nos também a purificar as representações que fazemos dela. Tornou-se insuportável o discurso de uma esperança isenta, empolgada, ligeira, fácil, imediata. Se um elogio da esperança tem hoje cabimento é o de uma esperança que acerta a prova de fogo da desesperança, e que se de alguma maneira a transcende, também a integra no seu próprio processo. O elogio possível é o de uma esperança que não ignore o enigma e o absurdo de múltiplas situações da história, e por isso não se pretende ainda triunfalista ou auto-referencial. O elogio possível é o de uma esperança humilde, silenciosa, amadurecida depurada. Uma esperança crucificada e apofática. Uma esperança que tenha a forma daquele «esperar contra toda a esperança» (Rm 4,18), de que nos fala o apóstolo Paulo.

JOSÉ TOLENTINO MENDONÇA

<http://www.imissio.net/v2/opiniaio/o-elogio-da-esperanca:3544/>